

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação consiste na REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS por um período de 12 (doze) meses através do Sistema de Registro de Preços, aos que manifestarem interesse, de acordo com as especificações e quantitativos estimados pela Secretaria requisitante deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando que a realização de obras e reformas em praças, parques, bancos e decks é uma atividade constante e essencial para a melhoria e expansão da infraestrutura urbana do município de Itajaí. Dentro desse contexto, a aquisição de materiais adequados e de qualidade é um fator determinante para o sucesso, segurança e durabilidade das construções realizadas;

2.2. Considerando que a madeira é um dos principais elementos utilizados em diversas etapas das obras, reformas e manutenções municipais. Desde a construção de estruturas fundamentais, como de sustentação, até o acabamento final, as madeiras desempenham um papel essencial na execução de projetos de construção civil de espaços públicos, prédios municipais e demais infraestruturas urbanas;

2.3. Justificamos abertura de registro de preços em razão da necessidade em atender a demanda de aquisição de madeiras para a Secretaria de Obras, garantindo a disponibilidade contínua de materiais de qualidade, em conformidade com as normas técnicas vigentes e a preços competitivos;

2.4. Cabe frisar que se trata de mera estimativa de consumo, utilizando-se somente aquilo que efetivamente se fizer necessário ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS – ALTERAR ITENS

ITEM	OBJETO	MEDIDA	QTD	Valor unitário	Valor total
1	98765 - Sarrafo Autoclave em Pinus tratado medidas: 5x5x2,5x3M.	un	1.000	R\$ 15,00	R\$15.000,00
2	98766 - Caibro em cambará medidas: 6x12x3M - plainado	un	1.000	R\$ 82,89	R\$82.890,00
3	98767 - Caibro em cambará medidas: 6x12x4M - plainado	un	1.000	R\$ 110,79	R\$110.790,00



4	98768 - Caibro em cambará medidas: 6x12x5M - plainado	un	1.000	R\$ 137,78	R\$137.780,00
5	98770 - Caibro em cambará medidas: 6x12x6M - plainado	un	500	R\$ 165,71	R\$82.855,00
6	98771 - Mourão em eucalipto tratado medidas: mínimo 12 cm e máximo 15 cm por 2,5M	un	2.000	R\$ 48,50	R\$97.000,00
7	98772 - Eucalipto tratado, roliço e autoclave medidas: mínimo 15 cm máximo 20cm por 3,5m	un	1.000	R\$ 117,00	R\$117.000,00
8	98773 - Eucalipto tratado, roliço e autoclave medidas: mínimo 12 cm máximo 15cm por 6m	un	1.000	R\$ 185,31	R\$185.310,00
9	98774 - Madeirite virola fenólica 20mm 220x110 c/ pintura	un	500	R\$ 147,82	R\$73.910,00
10	98775 - Madeirite virola fenólica 17mm 220x110 c/ pintura	un	1.000	R\$ 125,47	R\$125.470,00
11	98776 - Madeirite virola fenólica 14mm 220x110 c/ pintura	un	1.000	R\$ 98,08	R\$98.080,00
12	98777 - Madeirite virola fenólica 12mm 220x110 c/ pintura	un	1.000	R\$ 80,97	R\$80.970,00
13	98778 - Madeirite virola fenólica 10mm 220x110 c/ pintura	un	1.000	R\$ 66,53	R\$66.530,00
14	98779 - Madeirite virola fenólica 06mm 220x110 c/ pintura	un	200	R\$ 44,25	R\$8.850,00
15	98780 - Compensado virola fenólica 04mm 220x160 amescla multi c/03 camadas	un	1.000	R\$ 106,54	R\$106.540,00
16	98781 - Compensado virola fenólica 05,5mm 220x160 amescla multi c/03 camadas	un	1.000	R\$ 158,04	R\$158.040,00
17	98782 - Compensado virola fenólica 10mm 220x160 amescla multi c/05 camadas	un	1.000	R\$ 224,05	R\$224.050,00
18	98783 - Compensado virola fenólica 12mm 220x160 amescla multi c/07 camadas	un	500	R\$ 273,44	R\$136.720,00
19	98784 - Compensado virola fenólica 15mm 220x160 amescla multi c/09 camadas	un	500	R\$ 305,30	R\$152.650,00
20	98785 - Compensado virola fenólica 18mm 220x160 amescla multi c/11 camadas	un	500	R\$ 355,41	R\$177.705,00
21	98786 - Compensado virola fenólica 20mm 220x160 amescla multi c/11 camadas	un	500	R\$ 398,17	R\$199.085,00
22	98787 - Compensado virola fenólica 25mm 220x160 amescla multi c/09 camadas	un	300	R\$ 483,31	R\$144.993,00
23	98788 - Compensado virola fenólica 30mm 220x160 amescla multi c/15 camadas	un	300	R\$ 574,09	R\$172.227,00
24	92018 - Sarrafo de pinus tratado, 5x5 cm, 3 metros	un	1.000	R\$ 18,32	R\$18.320,00
25	92191 - Tábua de pinus tratado, 2,5x20 cm, 3 metros	un	1.000	R\$ 40,45	R\$40.450,00
26	98789 - Madeira para banco de cambará tratado e plainado, com 2m de comprimento, 14,5cm de largura e 4cm de espessura – As laterais e cantos devem ser arredondados	un	3.000	R\$ 86,40	R\$259.200,00
Valor total					R\$3.072.415,00

- 3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e possui natureza caracterizada como objeto comum;
- 3.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços resultante deste certame será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4. A DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.1. Levando em consideração que as aquisições são periódicas, minimizando o custo de mão de obra e material a ser utilizados, a solução mais vantajosa se dará por meio de aquisição deste objeto através de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, menor preço por item.
- 4.2. Trata-se do fornecimento de madeiras de pinus, cambará, eucalipto, compensado e madeirite;
 - 4.2.1. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, reservando-se à Administração Pública o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem de qualidade inferior;
- 4.3. O fornecimento deve possuir critérios e práticas de sustentabilidade, a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável;
- 4.4. Nos fornecimentos deverão estar inclusos todos os custos com mão de obra, transporte, insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução do fornecimento;
- 4.5. As solicitações para fornecimento decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria de Obras, mediante a emissão da Nota de Empenho.
 - 4.5.1. Deve-se observar o cumprimento de todos os prazos, condições exigidas, datas e horários estabelecidos;
- 4.6. **Quanto à entrega, prazo e garantia:**
 - 4.6.1. A entrega deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias, a partir do recebimento da nota de empenho e/ou autorização de fornecimento;
 - 4.6.1.1. A Nota de Empenho e/ou Autorização de Fornecimento deverão conter a quantidade pretendida e o local para a entrega;
 - 4.6.1.2. A Autorização de Fornecimento deverá estar acompanhada da nota de empenho ou instrumento equivalente, contendo o número de referência da Ata;

4.6.1.3. Todas as despesas com transporte, carga e descarga correrão por conta da contratada;

4.6.2. Os fornecimentos serão executados pela contratada, não se admitindo recusa da parte desta em decorrência de sobrecarga na sua capacidade;

4.6.3. A substituição dos objetos que apresentarem defeitos ou divergência das especificações contidas no Edital deverá ser em até 05 (cinco) dias, a contar da notificação formal da Contratante;

4.6.3.1. Após a entrega, os produtos que não atinjam a qualidade de acordo com as especificações, serão prontamente devolvidos e os pagamentos suspensos até a regularização.

4.6.3.2. Caso ocorra a necessidade de substituição de material, decorrentes de má qualidade, desde que o Contratante não tenha dado causa ao defeito, os custos serão de responsabilidade da Contratada, sem qualquer tipo de ônus para a Administração Pública.

5. VALOR DE REFERÊNCIA

5.1. O valor total estimado da presente licitação é R\$ 3.072.415,00 (três milhões e setenta e dois mil e quatrocentos e quinze reais), conforme pesquisa de preços.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade

6.1.1. A CONTRATADA deverá observar as normas de sustentabilidade aplicáveis, primando pela aquisição desses materiais com menor impacto sobre os recursos naturais, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, maior vida útil e menor custo de manutenção do bem, no que for cabível;

6.1.2. Observar as disposições contidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Itajaí/SC;

6.1.3. Observar as disposições contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no que for cabível.

6.2. Modelo de Execução do Objeto

6.2.1. Prazos e Condições de Fornecimento

- 6.2.1.1. A entrega deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias, a partir do recebimento da nota de empenho e/ou autorização de fornecimento;
- 6.2.1.2. **Fica vedado** ao fornecedor estabelecer quantidade mínima a cada pedido;
- 6.2.1.3. As entregas deverão serem feitas no local especificado pela unidade requisitante, **sempre no Município de Itajaí/SC;**
- 6.2.1.4. Todas as despesas com transporte, carga e descarga correrão por conta da licitante vencedora;
- 6.2.1.5. Sempre que julgar necessário, a Secretaria de Obras solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Autorização de Fornecimento e a respectiva Nota de Empenho;
- 6.2.1.6. A Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho será enviada via e-mail (digitalizada) ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa tenha problemas com o recebimento do e-mail, a autorização de fornecimento/nota de empenho deverá ser retirada na Diretoria de Gestão, da Secretaria Municipal de Obras de Itajaí: Rua José Pereira Liberato, nº 1899, bairro São Judas, Itajaí no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da convocação;
- 6.2.1.7. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da autorização de fornecimento/nota de empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração;
- 6.2.1.8. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da autorização de fornecimento/nota de empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), aos tributos e contribuições federais (SRF) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF) por ocasião do empenho da despesa, implicará nas sanções previstas no edital;
- 6.2.1.9. A empresa adjudicada responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;
- 6.2.1.9.1. Os produtos devem ser transportados de maneira que garantam a integridade e qualidade dos materiais até o momento da entrega;

6.2.1.9.2. Os materiais devem ser entregues em embalagens adequadas, resistentes e devidamente identificadas, conforme especificações.

6.2.1.10. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições;

6.2.1.11. É facultado ao Município de Itajaí, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório;

6.2.1.12. Quando o primeiro fornecedor registrado atingir respectivamente o seu limite de fornecimento, ou ainda por qualquer motivo não cumpra o estabelecido na Ata de Registro de Preços, a Administração, poderá adquirir do segundo colocado e, assim, sucessivamente.

7. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES.

7.1. Das obrigações da contratada:

7.1.1. Ser do ramo do objeto da licitação;

7.1.2. Possuir equipamentos, ferramentas, material e mão de obra capacitada e qualificada, em quantidade necessária, arcando, inclusive, com os custos de mobilização e transporte;

7.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto na lei 14.133/2021;

7.1.4. Demonstrar situação regular junto ao INSS, FGTS e fazendas federal, estadual e municipal, bem como, a negativa de débitos trabalhistas;

7.1.4.1. Estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

7.1.5. Entregar os produtos nos prazos estabelecidos, devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal/fatura, corretamente preenchida;

7.1.5.1. Cumprir os horários de entrega do objeto deste contrato estabelecidos pela CONTRATANTE;

- 7.1.6. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento, com a devida comprovação;
- 7.1.7. Informar o número de telefone fixo, celular, whatsapp, correio eletrônico, dados bancários para recebimento dos pagamentos, bem como, o endereço da sede da empresa, a fim de poder receber as notificações e solicitações dos órgãos requisitantes;
- 7.1.8. Entregar os produtos em perfeitas condições, sem avarias de qualquer espécie, em local e horário indicado na ordem de compra, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 7.1.8.1. A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes do transporte e, em caso de devolução ou extravio dos produtos, responsabilizar-se pelo pagamento de fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem;
- 7.1.8.2. Responsabilizar-se pelas despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, descarregamento, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
- 7.1.8.3. Responsabilizar-se pelo descarregamento do produto, devendo este procedimento ser executado manualmente ou com maquinário para a área interna do local indicado pela Contratante;
- 7.1.8.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, assim como, efetuar a substituição daqueles que, porventura, apresentem algum tipo de irregularidade;
- 7.1.8.4.1. Entregar todos os materiais adquiridos, de acordo com as especificações técnicas, nas quantidades e prazo estipulados pela Secretaria de Obras;
- 7.1.8.4.2. Caso o produto não seja aprovado ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste certame, a empresa deverá proceder a substituição do produto em, no máximo de 03 (três) dias, estando sujeito, ainda, às sanções previstas neste certame, além de arcar com todos os prejuízos que possam resultar.
- 7.1.9. Manter os seus empregados devidamente identificados por uniforme e crachá, quando no recinto da CONTRATANTE, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

- 7.1.10. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 7.1.11. Cuidar da preservação do meio ambiente de forma a atender os critérios e práticas de sustentabilidade no fornecimento do material;
- 7.1.12. A contratada não poderá modificar as quantidades, unidades e especificações do objeto contratado;
- 7.1.13. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a execução dos fornecimentos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelos servidores designados pelo contratante;
- 7.1.14. Comunicar a contratante toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;
- 7.1.15. A contratada obriga-se a pagar todos os tributos, impostos, contribuições fiscais e parafiscais, que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o OBJETO DA LICITAÇÃO.

7.2. Das obrigações da Contratante:

- 7.2.1. Zelar para que durante a vigência da ata de registro de preços, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação;
- 7.2.2. Serão considerados para efeito de pagamento os produtos efetivamente entregues pela contratada e aprovados pelo fiscal de contrato ou responsável pelo recebimento;
- 7.2.3. A contratante deverá emitir a ordem de compra em favor da contratada com todas as informações necessárias;
- 7.2.4. A contratante deverá assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos materiais;
- 7.2.5. A contratante deverá acompanhar, controlar e avaliar o fornecimento dos materiais, através de servidor designado para esta atribuição;
- 7.2.6. A contratante deverá prestar à contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias para o fornecimento do objeteto deste certame;

- 7.2.7. A contratante deverá atestar as faturas/notas fiscais correspondentes ao fornecimento do material, por intermédio do servidor competente e designado para a função;
- 7.2.8. A contratante deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal revestida de aceite pelo(a) ordenador(a) de despesas da Secretarias requisitante;
- 7.2.9. Notificar, por escrito, a contratada por quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento, e, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 7.2.10. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício”, por meio de publicação oficial, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços se apresentarem mais vantajosos para a administração e existirem demandas para atendimento do órgão usuário.

7.3. Do modelo de gestão do contrato

- 7.3.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada;
- 7.3.2. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 7.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 7.3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 7.3.4.1. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);
- 7.3.4.2. O fiscal de gestão acompanhará a execução da ata de registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração;
- 7.3.4.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal de gestão emitirá notificações para a correção da execução da ata de registro de preços, determinando prazo para a correção, com conhecimento do gestor da ARP;
- 7.3.4.4. O fiscal de gestão informará ao gestor da ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

- 7.3.4.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata de registro de preços nas datas aprazadas, o fiscal de gestão comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata de registro de preços;
- 7.3.4.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor ata de registro de preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 7.3.5. O gestor ata de registro de preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações etc.;
- 7.3.5.1. O gestor da ata de registro de preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação das contratadas, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;
- 7.3.5.2. O gestor da ata de registro de preços acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.3.5.3. O gestor ata de registro de preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 7.3.5.4. O fiscal de gestão comunicará ao gestor da ata de registro de preços, em tempo hábil, o término do primeiro ano de vigência da ata de registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva prorrogação, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o artigo 84 da Lei federal nº 14.133/2021;

7.4. Dos critérios de medição e de pagamento

- 7.4.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto à nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela(o) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta;

- 7.4.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de aceite;
- 7.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 7.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 7.4.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 7.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5. Do pagamento

7.5.1. Da liquidação:

- 7.5.1.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação;
- 7.5.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5.2. Da forma de pagamento.

7.5.2.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente do órgão requisitante.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Os fornecedores serão selecionados por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão [ata de registro de preços] sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei federal nº14.133/2021;

8.2. As licitantes deverão informar, na proposta da licitação, o número de telefone fixo, celular, whats app, correio eletrônico, bem como, o endereço da sede da empresa;

8.3. A responsabilidade pela análise das documentações técnicas ficará à cargo do(a) servidor(a) indicado(a) no “Termo de indicação de servidor para esclarecimento e manifestação técnica do processo licitatório”.

8.4. Da qualificação técnica

8.4.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data;

8.4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.4.1.2. Fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo órgão público, cópia

do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5. Da qualificação Econômica

8.5.1. Apresentar Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, ou dentro do prazo de validade expresso no próprio documento;

8.5.2. Será admitida, para fins de habilitação, a participação de empresas que se encontrem em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que apresentem, juntamente com a certidão, documentação comprobatória da regular tramitação do processo e da aprovação judicial do plano de recuperação, acompanhada de manifestação da autoridade judicial competente que ateste a viabilidade econômico-financeira da empresa para contratar com a Administração Pública.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes dos produtos adquiridos correrão à conta dos recursos oriundos do Orçamento 2025 da Secretaria Municipal de Obras.

Itajaí/SC, 08 de setembro de 2025.

TARCIZIO ZANELATO

Secretário de Obras